



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Paula Cristina Bessa Matos

**Associação entre estratégias de resolução de conflito conjugal e
estratégias de resolução de conflito coparental: O efeito moderador da
vinculação**

Trabalho realizado sob orientação do
Professor Doutor Diogo Jorge Pereira do Vale Lamela da Silva

abril, 2019



Paula Cristina Bessa Matos

**Associação entre estratégias de resolução de conflito conjugal e
estratégias de resolução de conflito coparental: O efeito moderador da
vinculação**

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia
10/04/2019, perante o júri seguinte:

Presidente: Prof^a Doutora Carla Margarida Vieira Antunes

Arguente: Prof^a Doutora Joana Maria Barreto Ramos de Almeida Cabral

Orientador: Prof. Doutor Diogo Jorge Pereira do Vale Lamela da Silva

abril, 2019

É autorizada a reprodução integral desta dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante a declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

“Há verdadeiramente duas coisas diferentes: saber e crer que se sabe. A ciência consiste em saber; em crer que se sabe reside a ignorância.”

(Hipócrates)

Associação entre estratégias de resolução de conflito conjugal e estratégias de resolução de conflito coparental: O efeito moderador da vinculação

Resumo

A investigação tem demonstrado uma interdependência estrutural entre os subsistemas familiares, nomeadamente entre os subsistemas conjugal e coparental. No entanto, apesar da plausibilidade teórica, nenhum estudo, tentou investigar a associação nem o efeito moderador da vinculação na associação entre estratégias de resolução de conflito conjugal e estratégias de resolução de conflito coparental. O presente estudo teve três objetivos. O primeiro foi examinar as associações entre as estratégias de resolução de conflito conjugal (RCC) e a sabotagem coparental e o conflito coparental aberto. No segundo e terceiro objetivo pretendeu-se examinar o efeito moderador do evitamento de vinculação e da ansiedade de vinculação na associação entre (a) estratégias RCC e a sabotagem coparental e (b) entre estratégias RCC e o conflito coparental aberto. A amostra foi constituída por 242 mães a residir em Portugal, com idades compreendidas entre os 20 e 51 anos de idade ($M = 35.30$; $SD = 5.44$), com filhos em idades compreendidas entre os 2 e 6 anos de idade. Usando um *design* transversal, foi conduzido um inquérito *online* de recolha de dados, ao qual as participantes responderam a questões referentes às variáveis em estudo. Primeiramente, foram implementados procedimentos estatísticos de limpeza de dados para reduzir a possibilidade de respostas enviesadas ou inválidas metodologicamente. Os resultados demonstraram que as estratégias construtivas, estratégias de retraimento e estratégias de raiva de RCC se mostraram preditoras significativas da sabotagem coparental e do conflito coparental aberto. Relativamente ao potencial efeito moderador da vinculação entre as estratégias de RCC e estratégias de resolução de conflito coparental, verificou-se um efeito moderador da vinculação entre as estratégias de resolução de conflito conjugal e a sabotagem coparental. Não foi encontrado efeito moderador da vinculação entre estratégias de RCC e o conflito coparental aberto. Posteriormente foram também discutidas as limitações e as implicações clínicas do presente estudo.

Palavras-Chave: Conjugalidade; coparentalidade; estratégias de resolução conflito; vinculação

Associação entre estratégias de resolução de conflito conjugal e estratégias de resolução de conflito coparental: O efeito moderador da vinculação

Abstract

The research has demonstrated a structural interdependence between family subsystems, specifically between the conjugal subsystem and the coparenting. However, although the theoretical plausibility, no study, to our knowledge, intends to investigate the association or the potential moderating effect in the association between marital conflict resolution strategies and coparental conflict resolution strategies. The present study had three objectives. The first one was to examine the associations between marital conflict resolution strategies and coparenting sabotage and open coparental conflict. The other two objectives was to examine the moderating effect of avoidant and anxious attachment on the association between a) marital conflict resolution strategies and coparenting sabotage and b) marital conflict resolution strategies and open coparental conflict. The sample consisted of 242 mothers, residing in Portugal, aged between 20 and 51 years ($M = 35.30$; $SD = 5.44$), with children between the ages of 2 and 6 years. Using a transversal design, an online survey of data collection was conducted, where participants answered questions related to the study. Before analyzing the data, statistical data cleansing procedures were implemented to reduce the possibility of biased or methodologically invalid answers. The results showed that constructive, avoidance and rage strategies proved significant predictors of coparenting sabotage and open coparental conflict. Regarding to the moderating effect of attachment on the association between marital conflict resolution strategies and conflict resolution strategies coparenting, the results showed the moderating effect of attachment between marital conflict resolution strategies and coparenting sabotage. No moderating effect was found for the attachment between marital conflict resolution strategies and open conflict coparental.

Afterwards, the limitations and clinical implications of the present study were also discussed.

Keywords: Marriage; coparenting; conflict resolution strategies; attachment

Índice

Resumo.....	i
Abstract.....	ii
Enquadramento teórico	1
Estratégias de RCC	3
Estratégias de resolução de conflito coparental.....	5
Associação entre estratégias de RCC e estratégias de resolução de conflito coparental.....	8
Efeito moderador da vinculação.....	9
Presente estudo.....	12
Método	
Participantes.....	13
Medidas.....	13
Procedimento.....	15
Análise de dados.....	16
Resultados.....	17
Discussão.....	23
Referências.....	29

Índice de Tabelas

Tabela 1. <i>Médias, Desvios-Padrão e Correlações Bivariadas entre as Principais Variáveis.....</i>	17
Tabela 2. <i>Regressão Hierárquica Predizendo Sabotagem Coparental com o Evitamento Vinculação como Moderador</i>	18
Tabela 3. <i>Regressão Hierárquica Predizendo Sabotagem Coparental com o Ansiedade de Vinculação como Moderador.....</i>	20
Tabela 4. <i>Regressão Hierárquica Predizendo Conflito Coparental Aberto com o Evitamento Vinculação como Moderador</i>	21
Tabela 5. <i>Regressão Hierárquica Predizendo Conflito Coparental Aberto com a Ansiedade de Vinculação como Moderador.....</i>	22

Índice de Figuras

Figura 1. <i>Interação entre as estratégias de retraimento de RCC e o evitamento de vinculação na predição da sabotagem coparental.....</i>	19
Figura 2. <i>Interação entre as estratégias de raiva de RCC e a ansiedade de vinculação na predição da sabotagem coparental.....</i>	21

Lista de Abreviaturas

CPS - *Conflicts and Problem-Solving Scales*

CRS - *Coparenting Relationships Scale*

DSQ - *Directed Questions Scale*

ECR- RS - *Experiences in Close Relationships - Relationships*

IP - Protocolo da internet

RCC - Resolução conflito conjugal

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*

O quadro conceitual dos sistemas familiares postula que o funcionamento familiar adaptativo é, em parte, explicado pelo grau e qualidade da interdependência estrutural entre os diferentes subsistemas, pela forma como o sistema familiar interage com o meio e resolve as tarefas desenvolvimentais ao longo do seu ciclo de vida (Cox & Paley, 1997; Lamela, Morais, Jongenelen & Figueiredo, 2015; Alarcão, 2000). Mais especificamente, os modelos estruturais dos sistemas familiares enfatizam que a funcionalidade da estrutura do sistema familiar resulta da interação hierárquica entre subsistemas caracterizados por fronteiras claras e flexíveis, que não só os distinguem estrutural e processualmente dos demais, mas também de outros sistemas mais alargados da ecologia social. A delimitação de fronteiras não só permite identificar os membros da família que pertencem a cada subsistema, como também especifica as funções e estatuto de cada subsistema dentro da família e promove a sua diferenciação e autonomia (Kerig, 2005). A clara definição de limites protege um determinado subsistema de potenciais ameaças externas à sua homeostasia e coesão interna e origina padrões de comunicação funcionais entre os seus membros. Um indicador qualitativo de limites claros de um subsistema é a capacidade de gerir e conter potenciais conflitos dentro do subsistema, utilizando os recursos próprios na sua resolução (Alarcão, 2000; Minuchin, 1985; Shaffer & Sroufe, 2016; Kerig, 2005).

Uma vez que os membros da família podem desempenhar diferentes papéis e, por consequência, pertencer a diferentes subsistemas, o estabelecimento de fronteiras claras entre subsistemas que são compostos pelas mesmas pessoas, assume-se como particularmente desafiante para a estrutura familiar. Em particular, os subsistemas, conjugal e coparental, que na maioria das famílias compostas por pais casados/união de facto e pela fratria, apresentam risco aumentado de difusão de fronteiras entre si (Alarcão, 2000; Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010; Sturge-Apple, Davies & Cummings, 2006; Shaffer & Sroufe, 2016).

Formulados conceitualmente como autónomos, mas com elevada interdependência entre si, os subsistemas conjugal e coparental distinguem-se quer nas funções que desempenham no sistema familiar, quer nos papéis atribuídos a cada membro dentro dos subsistemas (Margolin, Gordis & John, 2001). Por um lado, o subsistema conjugal tem como funções primárias responder às necessidades funcionais da família, fornecer satisfação mútua às necessidades psicológicas dos membros do casal sem comprometer a sua individualidade e dar suporte mútuo na gestão com o *stress* intra e extrafamiliar. É esperado que o subsistema conjugal forneça segurança emocional aos parceiros românticos, promovendo a sua

intimidade, sexualidade, bem-estar e crescimento pessoal, sendo que é esperado que cada membro execute estas funções de forma cooperativa, assuma uma postura de complementaridade e respeite a autonomia física e psicológica do outro (Margolin, Gordis & John, 2001; Gable, Belsky & Crnic, 1992). Por sua vez, as funções principais do subsistema coparental envolvem prestar cuidados instrumentais e psicológicos à criança, propiciar um ambiente seguro e estimulante que assegure o desenvolvimento integral da criança e estabelecer um conjunto de princípios e valores que orientem a educação e as decisões sobre a vida da criança (Feinberg, 2003; Margolin, Gordis & John, 2001). Neste subsistema, espera-se que a mãe e o pai executem com reciprocidade e simetria os seus papéis, dividam as tarefas de cuidado e educação e que respeitem e facilitem a relação parental do outro membro com a criança, fornecendo suporte emocional e instrumental mútuo no exercício da coparentalidade e da parentalidade (Feinberg, 2003; Van Egeren, 2004; Lamela, Nunes-Costa, & Figueiredo, 2010).

A investigação empírica tem suportado este pressuposto sistémico da autonomia e interdependência estrutural entre os subsistemas conjugal e coparental defendido pelos modelos dos sistemas familiares (Van Egeren, 2004). Nesta linha de investigação, o conflito intra e intersubsistemas tem surgido como a dimensão que maior atenção empírica tem recebido na análise da interrelação entre os dois subsistemas. A investigação tem sugerido que as características e as consequências do conflito podem funcionar como indicadores do funcionamento destes subsistemas (McCoy, George, Cummings & Davies, 2013; Feeney & Karantzas, 2017). No entanto, inconsistências conceituais e metodológicas entre os estudos tem limitado a comparabilidade e a compreensão teórica destes resultados empíricos. Em primeiro, do ponto de vista conceptual, existe uma significativa variabilidade da definição do conflito conjugal e do conflito coparental, sendo que alguns autores partem da premissa que a emergência de conflito é por si só indicador de disfuncionalidade do subsistema, enquanto outros autores assumem que a emergência do conflito não tem uma conotação negativa, sendo até desejável a sua ocorrência para o desenvolvimento do casal (Feeney & Karantzas, 2017; Rinaldi & Howe, 2003). Em segundo, um significativo número de estudos ou não distingue o conflito conjugal do conflito coparental medindo-os como “conflito interparental” (Davies, Martin & Cicchetti, 2012; Krishnakumar & Buehler, 2000) ou avalia conflitos que resultam do exercício da coparentalidade como indicador de conflito conjugal (Feinberg, 2003). Em terceiro, a literatura anterior tem utilizado, de forma

equivalente, diferentes dimensões do processo do conflito (e.g., frequência, conteúdo ou consequências) para medir a severidade do conflito conjugal (Thomas, 1992).

Dada esta variabilidade na definição de conflito, o presente estudo, partindo dos contributos da psicologia social e da personalidade e da psicologia clínica, sustenta-se numa operacionalização tendencialmente consensual do conflito interpessoal. Assim, o conflito no subsistema é definido como o processo que se inicia quando um dos membros percebe que o outro fez, pensou ou sentiu ou vai fazer, pensar ou sentir algo que pode afetar negativamente os seus objetivos, opiniões, crenças, normas ou valores ou do próprio subsistema (Dreu, 2015; Feeney & Karantzas, 2017). Por isso, o conflito é visto como um processo natural e inevitável entre duas pessoas em constante interação (Marchand, 2004). De acordo com esta conceitualização, a compreensão global do processo de conflito implica a análise dos conteúdos do conflito, da experiência psicológica do conflito, das estratégias na sua gestão e as consequências do conflito para o subsistema e os seus membros (Thomas, 1992).

Apesar de todos estes componentes serem o processo de conflito, alguma literatura na psicologia da família tem sugerido que as estratégias de resolução de conflito podem assumir um papel central para a avaliação do funcionamento dos subsistemas conjugal e coparental. Por exemplo, nos seus estudos pioneiros, Gottman (1993) demonstrou que o funcionamento do subsistema conjugal – avaliado pelo risco de divórcio, satisfação conjugal e psicopatologia – era melhor preditor pelas estratégias utilizadas pelos membros do casal para resolver o conflito, do que pela frequência ou os seus conteúdos. Durante um conflito, casais funcionais distinguiram-se dos casais disfuncionais por apresentarem mais estratégias construtivas (e.g., humor, negociação) e menos estratégias destrutivas e uma gestão do conflito estava orientada para a sua resolução.

Estratégias de resolução de conflito conjugal (RCC)

Na literatura, a tentativa de resolver conflitos dentro do subsistema conjugal designa-se de estratégias de RCC. As estratégias de RCC são definidas pelos comportamentos que cada membro do casal utiliza na interação didática entre si, tomada de decisões e/ou resolução de conflitos (Marchand & Hock, 2000; Lima, 2009). Do ponto de vista conceitual e metodológico as estratégias de RCC estão organizadas em dois tipos: estratégias de RCC construtivas e estratégias de RCC destrutivas (McCoy, Cummings & Davies, 2009; Rinaldi & Howe, 2003; Gottman & Leveson, 1992). As estratégias de RCC construtivas englobam

estratégias emocionais e comportamentais que fornecem segurança emocional aos parceiros românticos, promovendo a sua intimidade, sexualidade, bem-estar, crescimento pessoal, respeito e autonomia física e psicológica do outro (McCoy et al., 2013; Fowers & Olson, 1992; Margolin, Gordis & John, 2001; Gable, Belsky & Crnic, 1992). Por seu turno, as estratégias de RCC destrutivas estão orientadas para a vitória do conflito, contribuindo para a sua escalada, que por consequente transmitem à díade conjugal uma percepção de insatisfação (Rinaldi & Howe, 2003; McCoy et al., 2013; Feeney & Karantzas, 2017).

A investigação empírica sobre as estratégias de RCC destrutivas tem conseguido mostrar evidência para três grandes tipos de estratégias processualmente distinto entre si, apesar de poderem coocorrer simultaneamente no mesmo casal. Por exemplo, Gottman (1989) ao estudar a interação conjugal face a um conflito identificou três padrões de estratégias de RCC destrutivas, deste modo são organizadas em três tipos: estratégias de RCC de raiva, estratégias de RCC de hostilidade e estratégias de RCC de retraimento. As estratégias de RCC de raiva são definidas pela frequência e intensidade da raiva durante a interação e envolvem expressões de frustração, irritação e/ou impaciência dirigida ao parceiro (Lima, 2009; McCoy, Cummings & Davies, 2009; McCoy et al., 2013). Por seu lado, as estratégias de RCC de hostilidade englobam interações marcadas pela frieza emocional, rejeição, agressão física e agressão psicológica refletindo desesperança sobre a relação (Sturge-Apple, Davies & Cummings, 2006; Lima, 2009; Newton, Kiecolt-Glaser, Glaser & Malarkey, 1995; Melby & Conger, 2001; Zhou & Buehler, 2019). Por fim, as estratégias de RCC de retraimento dizem respeito a expressões de evitamento, negação, distanciamento e fuga dirigidas ao parceiro durante a interação, tomada de decisões e/ou resolução de conflitos (Sturge-Apple, Davies & Cummings, 2006; Siffert & Schwarz, 2010; Marchand & Hock, 2000; Prager, Forouz, Shirvani, Parson & Allam, 2017).

A utilização das estratégias de RCC tem sido associada de forma sistemática a diferentes outcomes familiares e individuais (McCoy et al., 2013). Investigações prévias mostraram que estratégias de RCC construtivas estão associadas a menor psicopatologia dos parceiros (Fincham, 2003), menor risco de divórcio (Hahlweg & Richter, 2010; Gottman, 1993), maior satisfação sexual (Rinaldi & Howe, 2003; Gottman & Tabares, 2018) e maior sentimento de intimidade e sentido de futuro comum (Sierau & Herzberg, 2011). Por sua vez, a utilização de estratégias de RCC destrutivas tem sido associada de forma sistemática a maior risco de divórcio (Hahlweg & Richter, 2010; Gottman, 1993). Por exemplo, Gottman e Levenson (1992) ao estudar 73 casais com o objetivo de identificar os processos conjugais associados

a maior risco de divórcio concluíram que a utilização frequente de estratégias de RCC destrutivas parece estar associada a menor satisfação conjugal, maior risco de psicopatologia e mais problemas somáticos e de saúde dos membros do casal, a maior risco de divórcio e pior clima familiar. A par destes estudos, Marchand & Hock (2000) ao estudar a associação entre psicopatologia depressiva, satisfação conjugal e estratégias de RCC, verificaram que a satisfação conjugal e os sintomas de psicopatologia depressiva se mostraram preditores significativos de estratégias de RCC destrutivas.

Concludentemente, as estratégias de RCC parecem influenciar muitos processos familiares e individuais. Especificamente, estratégias de RCC destrutivas parecem estar associadas a maior risco do conflito conjugal se estender a outros subsistemas familiares, refletindo em maior risco de conflito coparental e problemas no exercício da parentalidade (Gottman & Levenson, 1992; Rinaldi & Howe, 2003; McCoy, Cummings & Davies, 2009). Por exemplo, no estudo de Sturge-Apple, Davies e Cummings (2006) resultados indicaram que estratégias de RCC destrutivas como estratégias de RCC de retraimento e hostilidade estavam associadas a maior indisponibilidade emocional no exercício da coparentalidade.

Estratégias de resolução de conflito coparental

A coparentalidade é um processo familiar, no qual tem sido alvo de uma crescente investigação empírica na última década (Figueiredo & Lamela, 2014). Conceptualmente associada ao subsistema executivo do sistema familiar (Minuchin, 1985), parece emergir como um subsistema familiar-chave para explicar o funcionamento de outros subsistemas, sendo universal a todas as estruturas familiares, independentemente da configuração da estrutura familiar e das características individuais dos membros da díade coparental, como a orientação sexual, o estado civil e o *background* social e cultural (Figueiredo & Lamela, 2014; Lamela, Figueiredo, Bastos & Feinberg, 2016).

Os modelos de conceitualização da coparentalidade incidem na compreensão dos fatores e determinantes que sustentam a relação coparental (Figueiredo & Lamela, 2014), sendo o Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade de Feinberg (2003) um marco no desenvolvimento teórico e no estudo da coparentalidade. Segundo Feinberg, e baseado em propostas e estudos anteriores, o subsistema coparental assenta em quatro componentes: acordo ou desacordo nas práticas parentais, divisão do trabalho relacionado com a criança, suporte/sabotagem do papel coparental e a gestão conjunta das relações familiares.

O modelo de Feinberg (2003) deu particular relevo teórico à definição e compreensão das estratégias de resolução de conflito coparental entre os membros da díade coparental e como estas estratégias se associam ao funcionamento do próprio subsistema do sistema familiar e dos membros da família. As estratégias de resolução de conflito coparental referem-se à forma como os pais gerem a interação diádica, entre si, de modo a prestar apoio mútuo em relação aos filhos ou para resolver possíveis desentendimentos quer no trabalho coparental, quer nos objetivos de desenvolvimento dos filhos (Lamela et al., 2015; McHale, 1997).

Assim, Feinberg (2003), no seguimento de propostas teóricas anteriores (McHale, 1997) sustenta a existência de dois tipos de conflito desadaptativo entre os membros da díade coparental: o conflito coparental aberto e conflito coparental coberto ou sabotagem coparental. O conflito coparental aberto é definido pela expressão de raiva, frustração, negatividade, tensão e comportamentos agressivos e hostis como estratégias para solucionar assuntos relacionados com o cuidado e educação da criança. Por seu turno, o conflito coberto ou sabotagem coparental é definido pela expressão de crítica, culpa, depreciação, sendo as interações entre a díade coparental caracterizada por uma abordagem competitiva e de sabotagem (Figueiredo & Lamela, 2014; McHale, 1997; Lamela et al., 2015).

Adicionalmente, estes tipos de conflito coparental tem recebido uma robusta confirmação empírica, através de estudos realizados com uma significativa diversidade sociodemográfica dos participantes (e.g., estado civil, período desenvolvimento dos filhos, país de origem) (Carneiro, Corboz-Warnery & Fivaz-Depeursinge, 2006; Gable, Belsky & Crnic, 1992; Gerard, Krishnakumar & Buehler, 2006; Maccoby, Depener & Mnookin, 1990; Margolin, Gordis & John, 2001). Mais concretamente, a investigação empírica tem-se debruçado, por um lado, sobre como o conflito coparental desadaptativo interage com as outras dimensões coparentais e, por outro, se podem ser identificadas tipologias de resolução do conflito coparental e como estas se associam ao funcionamento psicológico de crianças e pais.

Assim, diferentes estilos coparentais foram observados em díades parentais, havendo uma significativa consistência na literatura (Amato, 2011; Carneiro, Corboz-Warnery & Fivaz-Depeursinge, 2006; Lamela et al., 2016; Maccoby, Depener & Mnookin, 1990; Simonelli, Bighin & Palo, 2012). Por exemplo, Maccoby et al., (1990), através da observação de padrões de interação coparental entre díades parentais nos primeiros dezoito meses após o divórcio, identificaram três padrões de coparentalidade: cooperativa,

conflituosa e descomprometida. A coparentalidade cooperativa tende a ser caracterizada por níveis mínimos de conflito coparental aberto e coberto, isto é, parece exibir reduzidas estratégias de corrosão da relação que cada progenitor mantém individualmente com os filhos. Esta tipologia foi também caracterizada por um padrão positivo de interação entre os pais, sendo que os membros da díade coparental funcionavam de forma harmoniosa e orquestrada quer do ponto de vista instrumental (i.e., na prestação de cuidados à criança como na alimentação e higiene), quer de um ponto de vista emocional e valorativo na condução da educação dos filhos. A tipologia conflituosa foi caracterizada por um elevado nível de conflito aberto e/ou coberto, hostilidade, competição e criticismo na comunicação entre os pais e que, devido à postura que a díade coparental assume de adversários, tendem a contaminar as tentativas de um trabalho coparental eficaz. Por fim, a tipologia de coparentalidade descomprometida foi caracterizada por elevados níveis de conflito coparental coberto, está associada a díades parentais divorciadas e consiste num envolvimento não conjunto dos pais na vida dos filhos. Apesar do sistema categorial com mais suporte científico proposto por estes autores, tenha sido desenvolvido entre pais divorciados avaliando os padrões de interação coparental, pode ser aplicado a pais de famílias intactas (Lamela, Nunes- Costa & Figueiredo, 2010).

Estas tipologias de funcionamento coparental tem sido associadas de forma sistemática a diferentes outcomes familiares e/ou individuais. Investigações prévias têm demonstrado que a coparentalidade é considerada um dos principais mecanismos na predição da saúde mental em crianças e adolescentes, dos pais e na predição do funcionamento conjugal (Margolin, Gordis & John, 2001). Mais concretamente, tem-se verificado uma associação simultânea e longitudinal entre as tipologias do funcionamento coparental, satisfação conjugal, práticas parentais e ajustamento psicológico das crianças (Belsky, Crnic & Gable, 1995; Davies, Martin & Cicchetti, 2012; Feinberg, Brown & Kan, 2012). Por exemplo, no estudo de Lamela et al., (2016) verificou-se que a coparentalidade conflituosa está associada a níveis mais baixos de satisfação conjugal, práticas parentais inconsistentes e perturbações comportamentais (internalização e externalização) dos filhos. Por seu turno, a coparentalidade cooperativa está associada a níveis mais elevados de funcionamento familiar, ajustamento psicológico dos filhos e cooperação dos pais na educação dos filhos. Assim, o percurso desenvolvimental da criança parece ser explicado pelo funcionamento da díade conjugal e parental (in) adequado, em que quanto mais construtiva for a relação conjugal e parental, melhor os níveis de adaptação e bem-estar dos filhos (McCoy,

Cummings & Davies, 2009; Gerard, Krishnakumar & Buehler, 2006; Davies, Martin & Cicchetti, 2012).

Associação entre estratégias de RCC e estratégias de resolução de conflito coparental

Estudos empíricos anteriores mostraram alguma evidência do efeito moderador das estratégias RCC na associação entre as estratégias de RCC destrutivas com outras variáveis diádicas e sistêmicas (e.g., Davies, Martin, & Cicchetti, 2012; McCoy, Cummings, & Davies, 2009; Zhou & Buehler, 2019). Neste sentido, parte-se do pressuposto que o tipo de estratégias utilizadas pelos subsistemas conjugal e coparental irá consequentemente influenciar o funcionamento da díade e o funcionamento familiar. Por exemplo, Zhou e Buehler (2019) encontraram um efeito moderador das estratégias de RCC na associação entre a hostilidade conjugal e os problemas de internalização das crianças, sugerindo que o efeito positivo da hostilidade conjugal nos problemas de internalização dos filhos era menor em pais e mães que relataram maior utilização de estratégias de RCC construtivas.

Devido à natureza de interdependência dinâmica dentro do subsistema familiar (Van Egeren, 2004), não é errado inferir-se uma associação entre estratégias de RCC e estratégias de resolução de conflito conjugal. A interdependência entre os subsistemas conjugal e coparental, respetivamente, ao nível das estratégias de resolução de conflito pode ser explicada à luz da hipótese de *Spillover*. De acordo com a premissa de Engfer (1998) existe uma transferência de comportamentos entre os subsistemas conjugal e coparental. Neste sentido, as estratégias de RCC destrutivas utilizadas no subsistema conjugal tendem, por sua vez a contaminar diretamente a qualidade da relação pai/mãe-criança e indiretamente o ajustamento psicológico dos filhos e a qualidade das práticas parentais (Gerard, Krishnakumar & Buehler, 2006; Krishnakumar & Buehler, 2000). Mais especificamente, o tipo de estratégias de RCC e as características do funcionamento do casal são suscetíveis de influenciar a relação coparental, uma vez que, boas relações conjugais - caracterizadas, por exemplo, por elevados níveis de suporte, cooperação e comunicação assertiva - refletem-se de forma positiva nas trocas coparentais e relações conjugais negativas - caracterizadas, por exemplo, por elevados níveis de conflito, reduzido suporte e intimidade - podem refletir-se em processos e resultados negativos na relação coparental (Margolin, Gordis & John, 2001; Carneiro, Corboz-Warnery & Fivaz-Depeursinge, 2006).

Apesar da consistência concetual na associação entre o subsistema conjugal e o subsistema coparental ao nível das estratégias de resolução de conflito (Gerard,

Krishnakumar & Buheler, 2006; Cox & Paley, 1997) esta associação pode não ser linear e diferenças interindividuais podem explicar essa variabilidade. Tomando como pressuposto que o substrato comportamental que cada membro do subsistema conjugal e coparental utiliza na interação didática entre si pode ser diferente, o processo psicológico tende a ser o mesmo. Neste sentido, grande parte da variabilidade interindividual na associação entre estratégias de RCC e estratégias de resolução de conflito coparental pode ser explicada por variáveis emocionais. Assumindo que a vinculação é uma das características individuais que explicam significativamente essa variabilidade interindividual, pretendemos examinar o efeito moderador da vinculação entre estratégias de RCC e estratégias de resolução de conflito coparental.

Efeito moderador da vinculação

A teoria da vinculação, ao longo do tempo, vem sendo reconhecida pela comunidade científica como a teoria mais ampla e abrangente da psicologia, para a compreensão do desenvolvimento das relações, ao longo do ciclo vital (Bowlby, 1973; Hazan & Shaver, 1987). A vinculação tende a ser definida como uma relação emocional profunda e duradoura que liga uma pessoa a outra no tempo e no espaço, assumindo como função principal a proteção e a segurança, sendo que a separação, a ameaça de separação ou a diminuída responsividade contribui para o aumento da ansiedade devido ao sentimento de inacessibilidade da figura de vinculação (Lamela, Figueiredo & Bastos, 2013; Mikulincer & Shaver, 2007; Lima, Vieira & Soares, 2006; Geraldine, Soares & Martins, 2013). Apesar das origens da teoria da vinculação inveterarem na análise das relações diádica estabelecidas entre bebê e figura de vinculação e sua interrupção (Bowlby, 1969; 1973), reconhece-se progressivamente como ponto de partida científico para a sua transposição para a idade adulta.

Do ponto de vista de Bowlby (1969) é através da qualidade de vinculação vivenciada na infância que os indivíduos constroem modelos internos dinâmicos, isto é representações, crenças e expectativas sobre o *self* e os outros que influenciam a forma como o indivíduo se sente, comporta e se relaciona consigo, com os outros e com o mundo. Neste sentido, assume-se que existem diferenças individuais na qualidade da vinculação e, que essas mesmas diferenças resultam de padrões de interação recorrentes com a figura prestadora de cuidados (Powers, Pietromonaco, Gunlicks & Sayer, 2006; Marchand, 2004).

Segundo a perspectiva desenvolvimental e clínica, a qualidade, o tipo da interação e os cuidados prestados à criança na infância, influenciam o desenvolvimento do modelo de funcionamento interno das relações, que posteriormente promovem diferentes tipos de orientações de vinculação na idade adulta (Hazan & Shaver, 1987; Ávila, Cabral & Matos, 2010). Um modelo fundamental no estudo da vinculação na vida adulta foi desenvolvido por Hazan e Shaver (1987; 1988). Este modelo propõe a existência de três estilos de vinculação no adulto, nomeadamente, a vinculação segura - caracterizada por sentimentos de felicidade e confiança; a vinculação evitante - caracterizada pelo desconforto com a proximidade, ciúme e pela dificuldade em confiar nas pessoas; e a vinculação ansiosa - caracterizada por sentimentos de insegurança e medo excessivo de abandono.

Os autores sugerem que as relações conjugais podem servir funções similares às que são prestadas pelas relações de vinculação primárias, deste modo quer a criança na relação parental, quer o adulto na relação conjugal, podem recorrer ao outro enquanto porto seguro e base segura e podem sentir a perda deste outro significativo (Hazan & Shaver, 1987; Ávila, Cabral & Matos, 2010; Simpson, Rholes & Phillips, 1996; Beck et al., 2013). Apesar do significativo número de estudos empíricos em torno da representação e comportamento de vinculação nas relações íntimas, importa recordar que a vinculação na idade adulta foi conceptualizada inicialmente por investigadores com raízes na psicologia social (e.g. Hazan & Shaver, 1987; 1988) mediante o recurso a instrumentos de autorrelato para avaliação de estilos de vinculação (Lima, 2009).

Dadas as implicações das estratégias de RCC nos diferentes outcomes familiares e individuais, evidencia-se crucial compreender como as diferenças individuais na vinculação segura, evitante e ansiosa moldam os comportamentos que cada membro do casal utiliza na interação didática entre si, tomada de decisões e/ou resolução de conflito (Feeney & Karantzas, 2017; Marchand & Hock, 2000; Lima, 2009; Simpson, Rholes & Phillips, 1996; Beck et al., 2013). Do ponto de vista teórico, o processo de conflito inicia-se quando um dos membros da díade percebe que o outro fez, pensou ou sentiu ou vai fazer, pensar ou sentir algo que pode afetar negativamente os seus objetivos, opiniões, crenças, normas ou valores ou do próprio subsistema (Dreu, 2015). Face ao conflito é ativado o “sistema” de vinculação e posteriormente a resposta desencadeada por cada membro do subsistema envolve dinâmicas complexas, moldadas pelas três dimensões da vinculação (segura, evitante, ansiosa (Feeney & Karantzas, 2017).

Vários estudos verificam a consistência dos comportamentos de vinculação na relação conjugal, por exemplo vinculação segura parece estar associada a estratégias de RCC construtivas, enquanto a vinculação ansiosa e evitante parece estar associada a estratégias de RCC destrutivas (Shi, 2003; Simpson, Rholes & Phillips, 1996; Ávila, Cabral & Matos, 2010; Beck et al., 2013; Feeney & Karantzas, 2017). Assim, indivíduos seguros no contexto conjugal tendem a perceber os comportamentos do outro membro da díade de forma mais otimista e a utilizarem estratégias de RCC construtivas baseadas na negociação, o que consequentemente traduz benefícios sobre o processo de resolução de conflito. Por seu turno, indivíduos com vinculação ansiosa e evitante tendem a gerir com maior dificuldade a resolução de conflitos conjugais. Se por um lado, indivíduos ansiosos tendem a usar menos estratégias de RCC construtivas e mais estratégias de RCC de hostilidade e raiva, com o objetivo de minimizar a distância ao cônjuge perante situações de ameaça (Simpson, Rholes & Phillips, 1996; Beck et al., 2013) por outro, indivíduos de vinculação evitante tendem a distanciar-se em situações da mesma natureza e a utilizarem consequentemente estratégias de RCC de retraimento (Beck et al., 2013; Ávila, Cabral & Matos, 2010).

Apesar da plausibilidade teórica, surpreendentemente poucos são os estudos que se tem debruçado na associação entre a vinculação e as estratégias de resolução de conflito coparental. Porém, à semelhança da influência da vinculação na predição de estratégias de RCC, parece seguro hipotetizar a associação entre a vinculação e as estratégias de resolução de conflito coparental. Por exemplo, Lamela e Figueiredo (2011) encontraram resultados que comprovam que pais seguros apresentam maior perceção da qualidade da coparentalidade e maior ajustamento familiar. Os pais com uma vinculação ansiosa demonstram uma perceção da aliança coparental estatisticamente idêntica aos pais de vinculação segura, contudo com níveis mais baixos de ajustamento familiar. Pais com uma vinculação evitante demonstravam perceções mais reduzidas da coparentalidade do que os dois grupos, no entanto com um ajustamento familiar similar ao dos pais seguros e superior aos dos pais ansiosos.

Nesta mesma linha de investigação, e com base nos dados do estudo anterior Lamela e Figueiredo (2011) sugerem que a coparentalidade para os pais ansiosos funciona mais como uma estratégia de procura de proximidade com a figura de vinculação do que como um recurso para a procura do bem-estar e funcionamento familiar. Concludentemente, enquanto a vinculação segura dota os pais com um conjunto de estratégias de resolução de conflito, competências de gestão das relações interpessoais e de regulação emocional perante eventos

aversivos que lhes permitem recorrer à coparentalidade, com o objetivo de promover aos filhos, um funcionamento ajustado, a coparentalidade para os pais ansiosos tende a funcionar como uma estratégia de procura de proximidade com a figura de vinculação do que como um recurso para a procura do bem-estar e funcionamento familiar. Por seu turno, pais com vinculação evitante perante a inacessibilidade da figura de vinculação, recorrem à desativação das estratégias de vinculação que se reflete na baixa qualidade da coparentalidade (Lamela, Figueiredo & Bastos, 2013).

Neste sentido, tendo por referência base os resultados anteriores e o substrato comportamental e emocional da vinculação e das estratégias de resolução de conflito coparental, a vinculação ansiosa e evitante parece estar associada a estratégias de resolução de conflito coparental destrutivas, nomeadamente estratégias de resolução de conflito coparental aberto e estratégias de resolução de conflito coparental coberto ou sabotagem coparental.

O Presente estudo

Considerando a literatura existente, surge como relevante compreender as associações entre as estratégias de RCC e as estratégias de resolução de conflito coparental. Adicionalmente, sustentados nos dados empíricos e formulações concetuais que apontam para a interdependência dos subsistemas conjugal e coparental, parece relevante compreender como as estratégias de resolução de conflito utilizadas no subsistema conjugal podem estar associadas às estratégias de conflito utilizadas no subsistema coparental. Por outro lado se é através das relações de vinculação que os indivíduos constroem modelos internos dinâmicos, isto é representações, crenças e expectativas sobre o *self* e os outros que influenciam a forma como as pessoas se sentem, comportam e se relacionam consigo, com os outros e com o mundo, o tipo de relação de vinculação estabelecida entre a díade conjugal e a díade coparental poderá exercer efeito moderador entre as estratégias de resolução de conflito utilizadas face ao conflito conjugal e coparental, respetivamente. No entanto, apesar da plausibilidade teórica destas associações, nenhum estudo, do nosso conhecimento, intentou investigar as associações nem o efeito moderador da vinculação nas associações entre as estratégias de resolução de conflito conjugal e estratégias de resolução de conflito coparental.

Deste modo, o presente estudo teve três objetivos. O primeiro objetivo foi examinar as associações entre as estratégias de resolução de conflito conjugal (estratégias construtivas, de

raiva, hostilidade e retraimento) e a sabotagem coparental e o conflito coparental aberto. O segundo objetivo foi examinar o efeito moderador do evitamento de vinculação na associação entre (a) estratégias de resolução conflito conjugal e a sabotagem coparental e (b) entre estratégias de resolução conflito conjugal e o conflito coparental aberto. O terceiro objetivo foi testar o efeito moderador da ansiedade de vinculação na associação entre (a) estratégias de resolução conflito conjugal e a sabotagem coparental e (b) entre estratégias de resolução conflito conjugal e o conflito coparental aberto.

Método

Participantes

A amostra foi constituída por 242 mães a residir em Portugal, com idades compreendidas entre os 20 e 51 anos de idade ($M = 35.30$; $SD = 5.44$). A maioria das participantes relatou ter formação de ensino superior (56.1%) e estar empregada (83%). A média do rendimento financeiro mensal foi 1205€ ($SD = 1555$). A duração média do atual relacionamento íntimo é de aproximadamente 13.0 anos ($SD = 5.95$), sendo que a mediana do número de filhos é 2. A média de idade do filho-foco foi 3.76 anos ($SD = 3.38$; variação 2 e 6 anos), sendo 54% do sexo masculino.

Medidas

Estratégias de resolução de conflito coparental. As estratégias de resolução de conflito coparental foram avaliadas através da escala Coparenting Relationships Scale (CRS; Feinberg et al., 2012). Para avaliar as estratégias de resolução de conflito coparental, utilizamos duas subescalas da CRS: subescala de exposição ao conflito e de sabotagem. O conflito coparental aberto foi avaliado pela subescala de exposição ao conflito e a sabotagem coparental avaliada pela subescala de sabotagem. A subescala de exposição ao conflito é composta por 5 itens e avalia a utilização de estratégias de conflito coparental aberto na gestão da educação e prestação de cuidados à criança (e.g., “*raiva, insultos, ameaças físicas*”). A subescala de sabotagem tem 6 itens e mede estratégias de resolução de conflito coparental coberto (e.g., “*hostilidade, crítica, competição*”). Os itens das duas subescalas serão apresentados numa escala tipo *likert* de 7 pontos (0 = *nada verdadeiro sobre nós*; 6 = *muito verdadeiro sobre nós*). Na interpretação dos resultados da escala, os *scores* totais nas subescalas serão obtidos pelo cálculo da média, em que quanto maior a pontuação, maior presença do constructo avaliado em cada subescala. A versão portuguesa parece demonstrar

boas qualidades psicométricas (Morais, 2015) e valores de consistência interna compreendidos entre .91 e .94 (*alfa Cronbach*).

Estratégias de resolução de conflito conjugal. As estratégias de RCC construtivas, de hostilidade, de retraimento e de raiva foram avaliadas através de quatro subescalas da Conflicts and Problem-Solving Scales (CPS; Kerig, 1996). Na CPS, é questionada a probabilidade que as participantes e o seus parceiros de usarem uma estratégia de RCC em particular durante disputas conjugais. Os itens das subescalas foram cotados numa escala de *Likert* de quatro pontos ($0 = \text{nunca}$; $4 = \text{quase sempre}$), representando a frequência com que as participantes e/ou seus parceiros utilizam determinada estratégia. O *score* total de cada subescala é obtido através do cálculo da média dos itens que compõem a subescala (variação de 0 a 4). Quanto maior a pontuação, maior a utilização da estratégia de RCC avaliada pela subescala. As estratégias de RCC construtivas foram avaliadas através da subescala de Cooperação (e.g., “*Somos bons a fazer pausas quando o ambiente fica tenso*”). A subescala de Agressão Verbal mediu as estratégias de RCC de hostilidade (e.g., “*Eu critico o meu companheiro*”). A estratégia de RCC de raiva foi medida através da subescala de Agressividade Física, que avalia a ameaça e/ou utilização de coerção física no conflito conjugal (e.g., “*Damos empurrões, puxões, agarrões ou atiramos objetos*”). A estratégia de RCC de retraimento foi avaliada pela subescala Evitamento-Capitulação (e.g., “*Amuamos, recusamos falar um com o outro*”). A versão portuguesa do instrumento será resultado do presente projeto de investigação. A consistência interna das subescalas no presente estudo foi de .84 para a subescala de Cooperação, .81 para a subescala de Agressão Verbal, .75 para a subescala de Agressão Física e .78 para a subescala de Evitamento-Capitulação.

Vinculação. Para avaliar a vinculação foi utilizado o Experiences in Close Relationships - Relationships Structures validado para a população portuguesa (ECR- RS; Moreira et al., 2014). O ECR-RS é um instrumento de autorresposta que visa avaliar duas dimensões da vinculação adulta: o evitamento à proximidade e a ansiedade ao abandono em diferentes relações próximas ou nas relações próximas em geral. No presente estudo avaliamos o domínio da relação conjugal e o domínio referente às relações próximas em geral. Cada domínio é composto por 9 itens numa escala tipo *likert* de 7 pontos ($1 = \text{discordo fortemente}$; $7 = \text{concordo fortemente}$). Os itens 1 a 6 compõem a subescala de evitamento (e.g., “*Ajuda-me poder contar com esta pessoa em situações de necessidade*”) e os itens 7 a 9 compõem a subescala de ansiedade (e.g., “*Preocupo-me frequentemente que esta pessoa não goste realmente de mim*”). Na interpretação dos resultados da escala, quanto maior o valor das

subescalas, maior o evitamento e a ansiedade na vinculação e quanto menor o valor do total da escala, maior a segurança na vinculação adulta. O ECR-RS tem demonstrado adequadas características psicométricas e valores de consistência interna para o total da escala de .86 (*alfa Cronbach*).

Procedimento

Para a recolha de dados dos participantes foi construído um inquérito *online*. Estabeleceram-se quatro critérios de inclusão: ser do sexo feminino, ter mais de 18 anos, residir em Portugal e ter filhos na idade pré-escolar. O inquérito *online* esteve disponível entre abril e julho de 2018 numa plataforma *online* (survs.com). Foi primeiramente apresentado um consentimento informado onde se expuseram os objetivos, os critérios de inclusão, procedimentos do estudo, questões de confidencialidade, procedimentos de consentimento ou não consentimento de participação, métodos de tratamento dos dados e os contactos da equipa de investigação. Foi garantido às participantes o total anonimato das respostas, dado que não foram questionadas informações que diretamente pudessem identificar a participante (e.g., nome ou e-mail), nem foram recolhidas informações sobre o endereço IP nem outro dado de identificação informática. O consentimento informado foi obtido ao selecionar a opção de “página seguinte”, que correspondia ao acesso ao inquérito, cujo tempo estimado de preenchimento foi de 15 a 20 minutos. As participantes foram recrutadas via fóruns *online* e divulgação *online* (e.g., redes sociais e meios de comunicação social). Foi fornecido às participantes que o desejaram, um *feedback* individual das dimensões cientificamente validadas do funcionamento conjugal e coparental avaliadas no presente estudo.

Para garantir a qualidade dos dados, foram seguidas recomendações metodológicas e éticas para a investigação *online* da *American Psychological Association*, tais como, por exemplo, a aplicação de procedimentos de consentimento informado e o desenho de um plano parcimonioso de recrutamento de participantes. Foram também aplicados procedimentos de proteção contra amostras potencialmente enviesadas, como a inclusão de uma questão sobre o número de vezes que a participante estava a responder ao questionário e a inclusão de sete itens de avaliação da validade das respostas (The Directed Questions Scale - DQS, Maniaci & Rogge, 2014). Estes itens de validade das respostas da DQS (e.g., “Deixe este item por responder”, “Este é um item de controlo. Deixe este item em branco”, “Este é um item de controlo. Selecione a opção “Concordo totalmente”) tem como objetivo

identificar respostas ao inquérito dadas potencialmente ao acaso ou com baixo nível de atenção e/ou esforço. De acordo com os procedimentos recomendados pelos autores, participações com duas ou mais respostas incorretas nestes itens de controlo foram eliminadas da amostra final de participantes por não cumprirem critérios de fiabilidade das respostas (Maniaci & Rogge, 2014).

Posteriormente à recolha de dados, foram efetuados procedimentos de limpeza de dados em investigações com recolha de dados *online*, de acordo com as recomendações de Funk e Rogge (2007). Assim, foram eliminadas participantes que: (1) não cumpriram os critérios de inclusão, (2) afirmaram não ser a primeira a vez que estavam a responder ao protocolo; (3) não completaram 70% do total do protocolo e/ou deixaram quatro itens por preencher do instrumento que avaliava a variável dependente (4) responderam incorretamente a dois ou mais itens de controlo da DQS (Maniaci & Rogge, 2014). Das 296 participações contabilizadas pelo sistema informático de recolha de dados, foram invalidadas 54 participações (18.2% do total de participantes) por não cumprirem pelo menos um destes quatro critérios. Assim, 20 participantes foram eliminados por não cumprirem os critérios de inclusão (9 eram do sexo masculino, 6 tinham filhos com idade superior a 6 anos, 2 não estavam em território português e 3 não estavam numa relação romântica com o pai do filho), 2 por afirmarem que não foi a primeira vez que responderam ao questionário, 18 por não terem completado pelo menos 70% do protocolo e, finalmente, 14 participantes por terem respondido incorretamente a dois ou mais itens de controlo da DQS.

Análise de Dados

Foi conduzida inicialmente uma análise correlacional bivariada para preliminarmente observar a significância, força e direccionalidade das correlações entre as principais variáveis em estudo. De seguida, com o objetivo de identificar os preditores e o efeito moderador do evitamento e da ansiedade de vinculação da sabotagem coparental e do conflito coparental aberto foram conduzidas quatro regressões lineares hierárquicas independentes. Mais concretamente, foram conduzidas duas regressões lineares hierárquicas para predição da sabotagem coparental, uma usando o evitamento da vinculação como moderador e outra análise usando a ansiedade de vinculação como moderador. Adicionalmente, o mesmo procedimento foi repetido para a predição do conflito coparental aberto. Em cada uma das regressões lineares hierárquicas, as estratégias construtivas, as estratégias de retraimento, as estratégias de hostilidade e as estratégias de raiva de RCC

entraram no modelo no Bloco 1. O evitamento ou a ansiedade de vinculação foram incluídos no Bloco 2. Para testar os efeitos de moderação, foram introduzidas, finalmente, no Bloco 3 interações *two-way* entre o moderador e as estratégias de resolução conflito conjugal que atingiram significância estatística no Bloco 1. Assim, só foram testados os termos de interação cuja a variável independente foi individualmente significativa no Bloco 1. Em caso de significância de um termo de interação, a interação entre a variável independente e o moderador foi examinada através de análises *post-hoc* dos declives (*simple slope analysis*) (Aiken & West, 1991). Testes de diferenças de declives foram também realizados para investigar o efeito da potencial interação. Estes testes examinaram se as diferenças entre declives foram significativamente diferentes de zero (Dawson & Richter, 2006). Antes de serem conduzidas as análises de regressão hierárquica e análises de declives, todas as variáveis foram standardizadas (z scores) para minimizar a multicolineariedade (Cohen, Cohen, West, & Aiken, 2003). A análise de dados foi realizada com recurso ao SPSS (Field, 2009) versão 23.

Resultados

Análises preliminares

A Tabela 1 apresenta as médias e o desvio-padrão das principais variáveis do estudo. Foram realizadas correlações bivariadas preliminares para determinar a associação entre as variáveis. Na globalidade, as associações entre as variáveis do estudo apresentaram associações significativas nas direções esperadas, à exceção da ansiedade de vinculação, que mostrou correlações fracas ou não significativas com as variáveis da coparentalidade, das estratégias de resolução conflito conjugal e com o evitamento de vinculação.

Tabela 1. Médias, Desvios-Padrão e Correlações Bivariadas entre as Principais Variáveis

Variável	Média	SD	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.
1. Sabotagem coparental	1.56	1.00	-						
2. Conflito aberto coparental	1.56	0.74	.42**	-					
3. Estratégias construtivas RCC	3.04	0.90	-.29**	-.34 ^{aa}	-				
4. Estratégias retraimento RCC	2.10	0.71	.28**	.22**	-.09	-			
5. Estratégias hostilidade RCC	1.80	0.71	.41**	.36**	-.38**	.35**	-		
6. Estratégias raiva RCC	1.47	0.50	.42**	.53**	-.42**	.22**	.65**	-	
7. Evitamento vinculação	1.84	1.05	.46**	.36**	-.36**	.20**	.40**	.36**	-
8. Ansiedade vinculação	3.03	1.83	.06	.07	-.01	.15*	.16*	.13*	.18*

Nota. RCC = resolução conflito conjugal. * $p < .01$. ** $p < .001$.

Sabotagem coparental e efeito moderador da vinculação

Evitamento de vinculação. Tal como apresentado na Tabela 2, o modelo final de regressão hierárquica para a predição da sabotagem coparental, tendo as estratégias de resolução de conflito (construtivas, retraimento, hostilidade e raiva), o evitamento de vinculação e os termos de interação como preditores, foi significativo, $F(8, 234) = 15.42, p < .001$. O modelo final explicou 35% da variância da sabotagem coparental. O Bloco 1 contribuiu para a variância na sabotagem coparental, $F(4, 238) = 18.09, p < .001$, em que as estratégias construtivas, estratégias de retraimento e as estratégias de raiva de RCC se mostraram preditoras significativas da sabotagem coparental. Os resultados para o Bloco 2 indicaram que a introdução do evitamento da vinculação contribuiu significativamente para o aumento da variância explicada da sabotagem coparental ($\Delta R^2 = .08, p < .001$). De seguida, os termos de interação introduzidos no Bloco 3 contribuiriam significativamente para a variância na sabotagem coparental, tendo o termo de interação evitamento de vinculação $\times$ estratégias de retraimento de RCC ter-se mostrado um preditor significativo. Nenhum dos outros termos de interação atingiram a significância estatística.

Tabela 2. *Regressão Hierárquica Predizendo Sabotagem Coparental com o Evitamento Vinculação como Moderador*

Variável	B (SE)	β	R^2	ΔR^2
Bloco 1				
Estratégias construtivas RCC	-0.14 (0.06)	-.14*		
Estratégias retraimento RCC	0.17 (0.06)	.17**		
Estratégias hostilidade RCC	0.12 (0.08)	.12		
Estratégias raiva RCC	0.24 (0.08)	.24**		
$F(4, 238)$	18.09***		.23***	
Bloco 2				
Evitamento de vinculação	0.31 (0.06)	.31***		
$\Delta F(5, 237)$	26.16***		.31	.08***
Bloco 3				
Estratégias construtivas RCC $\times$ Evitamento de vinculação	-0.03 (0.07)	.04		
Estratégias retraimento RCC $\times$ Evitamento de vinculação	0.17 (0.05)	.19**		
Estratégias raiva RCC $\times$ Evitamento de vinculação	0,03 (0.04)	.07		
$\Delta F(8, 234)$	4.26**		.35	.04**

Nota. RCC = *resolução conflito conjugal*. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Com vista a interpretar estes resultados obtidos no Bloco 3, o efeito de interação entre o evitamento de vinculação e as estratégias de retraimento de RCC foi analisado através da execução de um diagrama da predição da sabotagem coparental com baixas ($-1 SD$) e altas

(+ 1 *SD*) estratégias de retraimento de RCC dependendo dos baixos (- 1 *SD*) e altos (+ 1 *SD*) níveis de evitamento de vinculação. Os resultados são mostrados na Figura 1. Os testes *post-hoc* de declive mostraram que a associação entre as estratégias de retraimento de RCC e a sabotagem coparental não foi significativa a baixos níveis de evitamento da vinculação, $B = -0.03$, $t = -0.41$, *ns*. Por outro lado, a associação entre as estratégias de retraimento de RCC e a sabotagem coparental foi significativa a altos níveis de evitamento da vinculação, $B = 0.32$, $t = 3.45$, $p < .001$. Através da análise da Figura 1, verifica-se que as participantes com altos níveis de estratégias de retraimento de RCC e altos níveis de evitamento de vinculação apresentaram níveis mais elevados de sabotagem coparental, do que as participantes com baixos níveis de estratégias de retraimento de RCC e altos níveis de evitamento.

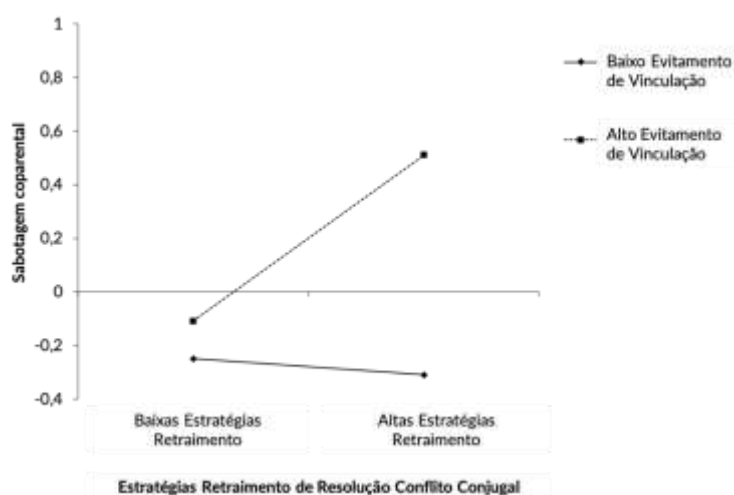


Figura 1. Interação entre as estratégias de retraimento de RCC e o evitamento de vinculação na predição da sabotagem coparental

Ansiedade de vinculação. Tal como apresentado na Tabela 3, o modelo final de regressão hierárquica para a predição da sabotagem coparental, tendo as estratégias de resolução de conflito (construtivas, retraimento, hostilidade e raiva), ansiedade de vinculação e os termos de interação como preditores, foi significativo, $F(8, 234) = 10.25$, $p < .001$. O modelo final explicou 26% da variância da sabotagem coparental. O Bloco 1 contribuiu para a variância na sabotagem coparental, $F(4, 238) = 18.09$, $p < .001$, em que as estratégias construtivas, estratégias de retraimento e as estratégias de raiva de RCC se mostraram predictoras significativas da sabotagem coparental. No Bloco 2, a variância explicada da sabotagem coparental não aumentou pela adição da ansiedade da vinculação. De seguida, os termos de interação introduzidos no Bloco 3 contribuiriam significativamente

para a variância na sabotagem coparental, tendo o termo de interação ansiedade de vinculação × estratégias de raiva de RCC ter-se mostrado um preditor significativo. Nenhum dos outros termos de interação atingiram a significância estatística.

Tabela 3. *Regressão Hierárquica Predizendo Sabotagem Coparental com o Ansiedade de Vinculação como Moderador*

Variável	B (SE)	β	R ²	ΔR ²
Bloco 1				
Estratégias construtivas RCC	-0.13 (0.06)	-.13*		
Estratégias retraimento RCC	0.17 (0.06)	.17**		
Estratégias hostilidade RCC	0.12 (0.08)	.12		
Estratégias raiva RCC	0.24 (0.08)	.24**		
F (4, 238)	18.09***		.23***	
Bloco 2				
Ansiedade de vinculação	-0.02 (0.06)	-.02		
ΔF (5, 237)	0.10		.23	.00
Bloco 3				
Estratégias construtivas RCC × Ansiedade de vinculação	--0.10 (0.06)	-.03		
Estratégias retraimento RCC × Ansiedade de vinculação	0.08 (0.06)	.08		
Estratégias raiva RCC × Ansiedade de vinculação	0.17 (0.07)	.16*		
ΔF (8, 234)	0.27*		.26	.03*

Nota. RCC = resolução conflito conjugal. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Com vista a interpretar estes resultados obtidos no Bloco 3, o efeito de interação entre a ansiedade de vinculação e as estratégias de raiva de RCC foi analisado através da execução de um diagrama da predição da sabotagem coparental com baixos (- 1 SD) e altos (+ 1 SD) níveis de estratégias de raiva de RCC dependendo dos baixos (- 1 SD) e altos (+ 1 SD) níveis de ansiedade de vinculação. Os resultados são mostrados na Figura 1. Os testes *post-hoc* de declive mostraram que a associação entre as estratégias de raiva de RCC e a sabotagem não foi significativa a baixos níveis de ansiedade da vinculação, $B = 0.06$, $t = 0.57$, *ns*. Por outro lado, a associação entre as estratégias de raiva de RCC e o conflito coparental aberto foi significativa a altos níveis de ansiedade da vinculação, $B = 0.39$ $t = 4.64$, $p < .001$. Através da análise da Figura 2, verifica-se que as participantes com altos níveis de ansiedade de vinculação e elevados níveis de estratégias de raiva na RCC apresentaram níveis mais elevados de sabotagem de coparental, do que as participantes com baixos níveis de estratégias de raiva de RCC e altos níveis de ansiedade.

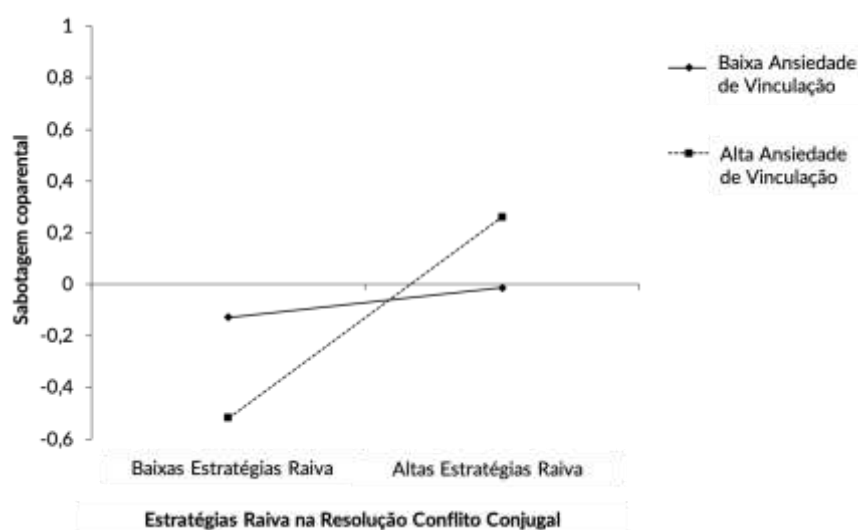


Figura 2. Interação entre as estratégias de raiva de RCC e a ansiedade de vinculação na predição da sabotagem coparental.

Conflito coparental aberto e efeito moderador da vinculação

Evitamento de vinculação. Tal como apresentado na Tabela 4, o modelo final de regressão hierárquica para a predição do conflito coparental aberto, tendo as estratégias de resolução de conflito (construtivas, retraimento, hostilidade e raiva), o evitamento de vinculação e os termos de interação como preditores, foi significativo, $F(8, 234) = 15.25, p < .001$. O modelo final explicou 34% da variância do conflito coparental aberto. O Bloco 1 contribuiu para a variância no conflito coparental aberto, $F(4, 238) = 26.81, p < .001$, em que as estratégias construtivas, estratégias de retraimento e as estratégias de raiva de RCC se mostraram preditoras significativas do conflito coparental aberto. Os resultados para o Bloco 2 indicaram que a introdução do evitamento da vinculação contribuiu significativamente para o aumento da variância explicada ($\Delta R^2 = .02, p < .01$). De seguida, os termos de interação introduzidos no Bloco 3 não contribuiriam significativamente para o aumento variância no conflito coparental aberto, sendo que nenhum termo de interação atingiu a significância estatística.

Tabela 4. Regressão Hierárquica Predizendo Conflito Coparental Aberto com o Evitamento Vinculação como Moderador

Variável	B (SE)	β	R^2	ΔR^2
Bloco 1				
Estratégias construtivas RCC	-0.13 (0.06)	-.14*		
Estratégias retraimento RCC	0.12 (0.06)	.13*		
Estratégias hostilidade RCC	-0.03 (0.08)	-.04		
Estratégias raiva RCC	0.46 (0.07)	.47***		

$F(4, 238)$		26.81***		.31***	
Bloco 2					
Evitamento de vinculação	0.16 (0.06)		.16**		
$\Delta F(5, 237)$		7.02**		.33	.02**
Bloco 3					
Estratégias construtivas RCC × Evitamento de vinculação	0.03 (0.07)		.03		
Estratégias retraimento RCC × Evitamento de vinculação	-0.05 (0.05)		-.05		
Estratégias raiva RCC × Evitamento de vinculação	0.07 (0.04)		.15		
$\Delta F(8, 234)$		.01		.34	.01

Nota. RCC = resolução conflito conjugal. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Ansiedade de vinculação. Tal como apresentado na Tabela 5, o modelo final de regressão hierárquica para a predição do conflito coparental aberto, tendo as estratégias de resolução de conflito (construtivas, retraimento, hostilidade e raiva), ansiedade de vinculação e os termos de interação como preditores, foi significativo, $F(8, 234) = 13.59$, $p < .001$. O modelo final explicou 32% da variância do conflito coparental aberto. O Bloco 1 contribuiu para a variância no conflito coparental aberto, $F(4, 238) = 26.81$, $p < .001$, em que as estratégias construtivas, estratégias de retraimento e as estratégias de raiva de RCC se mostraram predictoras significativas do conflito coparental aberto. Nos Blocos 2 e 3, a variância explicada do conflito coparental aberto não aumentou pela adição quer ansiedade da vinculação, quer dos termos de interação, respetivamente.

Tabela 5. *Regressão Hierárquica Predizendo Conflito Coparental Aberto com a Ansiedade de Vinculação como Moderador*

Variável	$B(SE)$	β	R^2	ΔR^2
Bloco 1				
Estratégias construtivas RCC	-0.13 (0.06)	-.14*		
Estratégias retraimento RCC	0.12 (0.06)	.13*		
Estratégias hostilidade RCC	-0.03 (0.08)	-.04		
Estratégias raiva RCC	0.46 (0.07)	.47***		
$F(4, 238)$		26.81***	.31***	
Bloco 2				
Ansiedade de vinculação	-0.01 (0.06)	-.01		
$\Delta F(5, 237)$		0.04	.31	.00
Bloco 3				
Estratégias construtivas RCC × Ansiedade de vinculação	0.06 (0.06)	.06		
Estratégias retraimento RCC × Ansiedade de vinculação	0.003 (0.05)	.003		
Estratégias raiva RCC × Ansiedade de vinculação	-.03 (0.06)	-.03		
$\Delta F(8, 234)$		0.74	.32	.01

Nota. RCC = resolução conflito conjugal. * $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Discussão

O presente estudo apresentou três objetivos. Em primeiro, foram examinadas as associações entre as estratégias de resolução conflito conjugal (estratégias construtivas, de raiva, hostilidade e retraimento) e estratégias de resolução conflito coparental desadaptativo (sabotagem coparental e o conflito coparental aberto). Em segundo, foi examinado o efeito moderador do evitamento de vinculação na associação entre (a) estratégias de resolução conflito conjugal e a sabotagem coparental e (b) entre estratégias de resolução conflito conjugal e o conflito coparental aberto. Em terceiro, foi testado o efeito moderador da ansiedade de vinculação na associação entre (a) estratégias de resolução conflito conjugal e a sabotagem coparental e (b) entre estratégias de resolução conflito conjugal e o conflito coparental aberto. Apesar das variáveis em estudo surgirem frequentemente estudadas em investigações anteriores, nenhum estudo do nosso conhecimento, intentou investigar o efeito moderador da vinculação na associação entre estratégias de resolução de conflito conjugal e estratégias de resolução de conflito coparental.

Na globalidade, as associações entre as variáveis do estudo apresentaram associações significativas nas direções esperadas. Tendo por base os resultados obtidos das análises estatísticas, verificou-se associações significativas entre estratégias de RCC e a sabotagem coparental e associações estatisticamente significativas entre estratégias de RCC e o conflito coparental aberto. Os presentes resultados estão em linha com a teoria dos sistemas familiares, na medida em que sugerem uma interdependência estrutural entre o subsistema conjugal e o subsistema coparental ao nível das estratégias de resolução de conflito (Cox & Paley, 1997; Lamela et al., 2015; Alarcão, 2000; Gerard, Krishnakumar & Buehler, 2006). Assim, verificou-se que as estratégias de RCC construtivas, de retraimento e de raiva se mostraram preditoras significativas da sabotagem coparental e do conflito coparental aberto, respetivamente. Assim sendo, confirma-se a consistência conceptual entre os diferentes modelos teóricos que a relação conjugal pode ter um efeito, positivo ou negativo, na relação coparental (Margolin et al., 2001; Cox & Paley, 1997; Carneiro, Corboz-Warnery & Fivaz-Depeursinge, 2006). Mais concretamente, os resultados parecem corroborar que as estratégias de resolução de conflito utilizadas no subsistema conjugal são suscetíveis de estar associadas à relação coparental (Margolin, Gordis & John, 2001).

Adicionalmente, estratégias de RCC de hostilidade não se mostraram preditoras significativas da sabotagem coparental nem do conflito coparental aberto. Este resultado do

nosso estudo foi surpreendente à luz da literatura, com particular ênfase para a não significância do efeito preditor das estratégias de RCC de hostilidade na sabotagem coparental. Do ponto de vista teórico, era esperado que as estratégias de RCC de hostilidade predizem a sabotagem coparental, uma vez que, tendo em conta a definição dos constructos e dos comportamentos associados, ambas estratégias parecem partilhar o mesmo substrato comportamental e emocional de resposta a eventos avaliados como aversivos, tais como rejeição, agressão física e psicológica, crítica, culpa, competição e sabotagem (Rinaldi & Howe, 2003; Sturge-Apple, Davies & Cummings, 2006; Siffert & Schwarz, 2010; Newton et al., 1995; Melby & Conger, 2001; Zhou & Buehler, 2019). Tal poder preditivo das estratégias de RCC de hostilidade da sabotagem coparental era ainda mais esperado, considerando a correlação forte e positiva encontrada entre as duas variáveis no nosso estudo. Apesar da sua natureza especulativa, levantamos duas hipóteses que podem explicar por que é que as estratégias de RCC de hostilidade não se mostraram preditoras da sabotagem coparental.

Em primeiro, apesar da forte associação entre as estratégias de RCC de hostilidade e a sabotagem coparental quando estas duas variáveis são testadas individualmente, a inclusão no modelo de outras estratégias de RCC pode ter atenuado a influência das estratégias de RCC de hostilidade na sabotagem coparental. Mais especificamente, hipotetizamos que a coocorrência de utilização de estratégias de RCC construtivas pode neutralizar o potencial efeito negativo das estratégias de RCC de hostilidade no subsistema coparental. Por outras palavras, com base nos nossos resultados, é possível conjecturar que as estratégias de RCC construtivas podem moderar o efeito das estratégias de RCC de hostilidade na sabotagem coparental. Apesar desta hipótese do efeito moderador das estratégias de RCC construtivas na relação entre as estratégias de RCC de hostilidade e a sabotagem coparental não ter sido estudada na literatura, estudos empíricos anteriores mostraram alguma evidência deste efeito moderador das estratégias RCC construtivas na associação entre as estratégias de RCC de hostilidade com outras variáveis individuais e sistémicas (e.g., satisfação conjugal, psicopatologia dos adultos, saúde dos adultos, problemas de desadaptação nas crianças) (Davies, Martin, & Cicchetti, 2012; McCoy, Cummings, & Davies, 2009; Zhou & Buehler, 2019). Por exemplo, Zhou e Buehler (2019) encontraram um efeito moderador das estratégias de RCC construtivas na associação entre a hostilidade conjugal e os problemas de internalização das crianças, sugerindo que o efeito positivo da hostilidade conjugal nos problemas de internalização dos filhos era menor em pais e mães que relataram maior

utilização de estratégias de RCC construtivas. Considerando estes resultados da investigação prévia, estudos futuros deverão testar o potencial efeito *amortecedor* (Rutter, 1990) das estratégias de RCC construtivas na associação entre a hostilidade conjugal e sabotagem coparental.

Tal como esperado, as estratégias de RCC de retraimento foram preditoras significativas, quer da sabotagem coparental, quer do conflito coparental aberto. Estes resultados estão em linha com investigações anteriores que sugerem que indivíduos que relatam maior prevalência de estratégias de RCC de retraimento (e.g., evitamento, negação, distanciamento e fuga) apresentam menor recuperação afetiva no período após conflito, maior desejo ou intenção de punir o parceiro pelo retraimento durante o conflito e maior probabilidade de prolongar o conflito e o afeto negativo associado (e.g., Prager et al., 2017).

Apesar da interdependência dos subsistemas conjugal e coparental (Van Egeren, 2004) ao nível das estratégias de resolução de conflito e do estudo entre as estratégias de RCC e as dimensões da vinculação (segura, evitante, ansiosa) estar bem estabelecida na literatura, não existem estudos para especificar a quais indivíduos a associação entre a vinculação e as estratégias de resolução de conflito coparental poderia ser mais significativa. Tendo por referência as análises estatísticas conduzidas com o objetivo de testar o potencial efeito moderador da vinculação na associação entre estratégias de RCC e estratégias de resolução de conflito coparental, verificou-se um efeito moderador do evitamento de vinculação e da ansiedade de vinculação entre estratégias de RCC e sabotagem coparental. Este resultado está em consonância com a literatura, uma vez que as dimensões da vinculação parecem influenciar, não só a forma como os indivíduos se veem a si e ao outro, como também parece contribuir para a compreensão das diferenças individuais nas respostas ao conflito (Sierau & Herzberg, 2011; Feeney & Karantzas, 2017; Beck et al., 2013; Powers et al., 2006; Marchand, 2004; Mikulincer & Shaver, 2007). Adicionalmente, o vínculo estabelecido entre a díade conjugal e a díade coparental parece moderar a relação conjugal e a relação coparental e, por sua vez influenciar as estratégias de resolução de conflito utilizadas nos subsistemas conjugal e coparental (Lamela, Figueiredo & Bastos, 2013).

Verificou-se que participantes com altos níveis de estratégias de retraimento de RCC e altos níveis de evitamento de vinculação apresentaram níveis mais elevados de sabotagem coparental, do que as participantes com baixos níveis de estratégias de retraimento de RCC e altos níveis de evitamento. Assim, indivíduos com vinculação evitante tendem a acreditar que, durante o conflito conjugal o outro não estará disponível e por isso, percebe que os

esforços para tal resolução serão inúteis. Perante a percepção de inacessibilidade da figura de vinculação, recorrem à desativação das estratégias de vinculação (Lamela, Figueiredo & Bastos, 2013) que se reflete, consequentemente na utilização de estratégias de RCC de retraimento (Beck et al., 2013). Neste mesmo registo de consonância, confirma-se a hipótese que a vinculação evitante está associada a estratégias de resolução de conflito coparental, nomeadamente sabotagem coparental. Tal associação ainda faz mais sentido, tendo em conta a definição dos constructos e dos comportamentos associados, tais como, evitamento, crítica, culpa, depreciação, sendo as interações entre a díade coparental caracterizada por uma abordagem competitiva e de sabotagem (Figueiredo & Lamela, 2014; McHale, 1997; Lamela et al., 2015; Hazan & Shaver, 1987).

Por seu turno, participantes com altos níveis de ansiedade de vinculação e elevados níveis de estratégias de RCC de raiva apresentaram níveis mais elevados de sabotagem coparental, do que as participantes com baixos níveis de estratégias de raiva de RCC e altos níveis de ansiedade. À luz da teoria, indivíduos de vinculação ansiosa tendem a gerir com maior dificuldade a resolução de conflitos conjugais. Neste sentido, indivíduos com vinculação ansiosa tendem a usar estratégias menos adaptativas e de hiperativação como estratégias de RCC de raiva com o objetivo de minimizar a distância à figura de vinculação, a fim de diminuir o medo de abandono (Simpson, Rholes & Phillips, 1996; Beck et al., 2013). Com base em estudos prévios, a coparentalidade para os pais ansiosos tende a funcionar como uma estratégia de procura de proximidade com a figura de vinculação e não como um recurso para a procura do bem-estar e funcionamento familiar (Lamela, Figueiredo & Bastos, 2013). Assim sendo, a utilização de estratégias de resolução de conflito coparental como a sabotagem coparental, expressa pela crítica, culpa, depreciação, sendo as interações entre a díade coparental caracterizada por uma abordagem competitiva e de sabotagem (Figueiredo & Lamela, 2014; McHale, 1997; Lamela et al., 2015), funcionam com o objetivo de diminuir o medo de abandono.

Surpreendentemente, quando examinado o efeito moderador da vinculação entre as estratégias de RCC e o conflito coparental aberto, nenhum termo de interação atingiu a significância estatística, assim sendo o evitamento de vinculação e a ansiedade de vinculação não apresentou efeito moderador na relação entre estratégias de RCC e conflito coparental aberto. Este resultado do nosso estudo foi surpreendente à luz da literatura, com particular ênfase para a não significância do efeito moderador da ansiedade de vinculação na associação entre estratégias de RCC de hostilidade e retraimento quer na sabotagem

coparental, quer no conflito coparental aberto. Por exemplo, no estudo de Prager et al., (2017) os autores encontraram efeito moderador da ansiedade da vinculação na relação entre estratégias de RCC de hostilidade e retraimento, onde seria mais esperado, quer com a sabotagem coparental, quer com o conflito coparental coberto. Perante a ausência de efeito moderador da ansiedade de vinculação entre as estratégias de RCC e o conflito coparental aberto, podemos justificar este resultado tendo como ponto de partida, o facto de não se verificar correlação significativa entre a variável conflito coparental aberto e ansiedade de vinculação.

Apesar do seu contributo, o nosso estudo deve ser analisado tendo em conta algumas precauções. Em primeiro, dada a sua natureza transversal, não foi possível de ser estudada a evolução desenvolvimental dos constructos e, por essa razão, relações de causa-efeito não podem ser estabelecidas. Apesar do efeito do preditivo das características da relação conjugal no funcionamento coparental em pais casados ser preconizado por diferentes modelos teóricos da coparentalidade e ser sistematicamente confirmado empiricamente (e.g., Feinberg, 2003; Gottman & Levenson, 1992; McCoy, Cummings & Davies, 2009; Sturge-Apple, Davies & Cummings, 2006; Gerard, Krishnakumar & Buehler, 2006), resultados mais robustos referentemente à interdependência estrutural do subsistema conjugal e do subsistema coparental ao nível das estratégias de resolução de conflito seriam possíveis com recurso a um *design* metodológico longitudinal. Em segundo, os constructos foram apenas avaliados através de medidas de autorrelato. Apesar de associações significativas entre medidas observacionais do conflito conjugal e da coparentalidade e a CPS e a CRS, respetivamente, a utilização adicional de metodologias observacionais poderia ter contribuído para uma maior precisão da avaliação das estratégias de RCC e da coparentalidade e para a redução da variância do método comum. Em terceiro, este estudo foi apenas realizado com mães numa relação íntima heterossexual. Apesar desta homogeneidade entre as participantes ter permitido aumentar o poder estatístico das análises, esta variabilidade limitada diminui a possibilidade de generalização destes resultados a homens e a pais e mães com outro estado civil e a díades coparentais compostas por pais do mesmo sexo. Por fim, estes resultados não devem ser generalizáveis para crianças mais velhas, considerando que os resultados estão circunscritos a mães com crianças em idade pré-escolar.

Apesar destas limitações, o presente estudo oferece suporte empírico na avaliação do efeito moderador da vinculação na associação entre estratégias de resolução de conflito

conjugal e a sabotagem coparental. Deste modo, o conhecimento dos presentes resultados poderá constituir-se como uma mais-valia para o entendimento de como as estratégias de resolução de conflito utilizadas no subsistema conjugal estão associadas às estratégias de conflito utilizadas no subsistema coparental e, conseqüentemente para a compreensão do potencial efeito moderador da vinculação na associação entre estratégias de resolução de conflito conjugal e estratégias de resolução de conflito coparental. Deste modo, e tomando como providência o facto de não ter sido passível de ser estudada a evolução desenvolvimental dos constructos, os dados do nosso estudo sugerem que o efeito moderador da vinculação na associação entre as estratégias de resolução de conflito conjugal e coparental se devem a um processo sistémico e familiarmente contextualizado.

Assim sendo, o nosso estudo vem reforçar teoricamente e empiricamente a necessidade exponencial de profissionais no campo das intervenções clínicas individuais e sistémicas familiares de modo a potenciar um desenvolvimento positivo e ajustado ao nível do subsistema conjugal e o subsistema coparental. Mais ainda, com base nos resultados, sugerimos que as intervenções desenhadas para promover a coparentalidade cooperativa em mães e pais casados devem considerar a vinculação dos participantes/clientes como uma variável a incluir nos protocolos de avaliação, uma vez a eficácia da intervenção (ganhos terapêuticos) podem variar em função da vinculação.

Com base nos nossos resultados, e tendo em conta que as relações conjugais e coparentais são por natureza diádicos, a par da concetualização utilizada da vinculação ao parceiro romântico, futuros estudos deveriam examinar como as estratégias de RCC e as estratégias de resolução conflito coparental das mães influenciam e são influenciadas pelas estratégias do parceiro íntimo e como a vinculação moderada este processo diádico. Adicionalmente, a investigação futura poderia identificar e confirmar tipologias de estratégias de RCC e como estas tipologias se distinguem não só nas estratégias de resolução de conflito coparental, mas também em outras variáveis individuais e diádicas, tais como a satisfação conjugal, sintomas psicopatológicos e satisfação coparental. Finalmente, estudos futuros poderiam expandir os contributos do presente estudo analisando as associações entre estratégias de RCC e estratégias de resolução conflito coparental no desenvolvimento e ajustamento psicológico dos filhos.

Referências

- Aiken, L., & West, S. (1991). *Multiple regression: Testing and interpreting interactions*. Newbury Park, CA: Sage.
- Alarcão, M. (2000). *(des)Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Amato, P., Kane, J., & James, S. (2011). Reconsidering the “good divorce”. *Family Relations*, 60, 511-524. doi: [10.1111%2Fj.1741-3729.2011.00666.x](https://doi.org/10.1111%2Fj.1741-3729.2011.00666.x)
- Ávila, M., Cabral, J., & Matos, P. (2010). Vinculação parental e relações românticas: O papel moderador da regulação emocional e da identidade. *Psicologia Educação e Cultura* 2010, 14, 165-186.
- Beck, L., Pietromonaco, P., DeBuse, C., Powers, S., & Sayer, A. (2013). Spouses’ attachment pairings predict neuroendocrine, behavioral, and psychological responses to marital conflict. *Journal of Personality and Social Psychology*, 105, 388-424. doi: [10.1037/a0033056](https://doi.org/10.1037/a0033056)
- Belsky, J., Crnic, K., & Gable, S. (1995). The determinants of coparenting in families with toddler boys: Spousal differences and daily hassles. *Child Development*, 66, 629-642. doi: [10.2307/1131939](https://doi.org/10.2307/1131939)
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss* (2ª ed.). London: Hogarth Press.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Separation anxiety and anger*. London: Basic Books.
- Carneiro, C., Corboz-Warnery, A., & Fivaz-Depeursinge, E. (2006). The prenatal lausanne triologue play: A new observational assessment tool of the prenatal co-parenting alliance. *Infant Mental Health Journal*, 27, 207- 228. doi: [10.1002/imhj.20089](https://doi.org/10.1002/imhj.20089)
- Cohen, J., Cohen, P., West, S., & Aiken, L. (2003). *Applied multiple regression/correlation analysis for the behavioral sciences*. London: Routledge
- Cox, M., & Paley, B. (1997). Families as systems. *Annual Review of Psychology*, 48, 243-267. doi: [10.1146/annurev.psych.48.1.243](https://doi.org/10.1146/annurev.psych.48.1.243)
- Davies, P., Martin, M., & Cicchetti, D. (2012). Delineating the sequelae of destructive and constructive interparental conflict for children within an evolutionary framework. *Developmental Psychology*, 48, 939-955. doi: [10.1037/a0025899](https://doi.org/10.1037/a0025899)
- Dawson, J., & Richter, A. (2006). Probing three-way interactions in moderated multiple regression: Development and application of a slope difference test. *Journal of Applied Psychology*, 91, 917-926. doi: [10.1037/0021-9010.91.4.917](https://doi.org/10.1037/0021-9010.91.4.917)

- De Dreu, C. (2015). Conflict and conflict management. *Wiley Encyclopedia of Management*, 1-4. doi: [10.1002/9781118785317.weom110127](https://doi.org/10.1002/9781118785317.weom110127)
- Feeney, J., & Karantzas, G. (2017). Couple conflict: insights from an attachment perspective. *Current Opinion in Psychology*, 13, 60-64. doi: [10.1016/j.copsyc.2016.04.017](https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2016.04.017)
- Feinberg, M. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention parenting. *Parenting: Science and Practice*, 3, 95-131. doi:[10.1207/S15327922PAR0302_01](https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01)
- Feinberg, M., Brown, L., & Kan, M. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parenting: Science and Practice*, 12, 1-21. doi:[10.1080/15295192.2012.638870](https://doi.org/10.1080/15295192.2012.638870)
- Field, A. (2009). *Discovering statistics using SPSS*. Sage publications.
- Figueiredo, B., & Lamela, D. (2014). Parentalidade e coparentalidade: Conceitos básicos e programas de intervenção. In V. Sousa-Lima & P. Dias (Eds.), *Clínica Universitária de Psicologia: Contributos para a prática psicológica* (pp.151-172). Porto: Universidade Católica Editora.
- Fincham, F. (2003). Marital conflict: Correlates, structure, and context. *Current Directions in Psychological Science*, 12, 23-27. doi: [10.1111%2F1467-8721.01215](https://doi.org/10.1111%2F1467-8721.01215)
- Fowers, B., & Olson, D. (1992). Four types of premarital couples: An empirical typology based on PREPARE. *Journal of Family Psychology*, 6, 10-21. doi:[10.1037/0893-3200.6.1.10](https://doi.org/10.1037/0893-3200.6.1.10)
- Funk, J., & Rogge, R. (2007). Testing the ruler with item response theory: Increasing precision of measurement for relationship satisfaction with the couples satisfaction index. *Journal of Family Psychology*, 21, 572 doi: [10.1037/08933200.21.4.572](https://doi.org/10.1037/08933200.21.4.572)
- Gable, S., Belsky, J., & Crnic, K. (1992). Marriage, parenting, and child development: Progress and prospects. *Journal of Family Psychology*, 5, 276- 294. doi: [10.1037/0893-3200.5.3-4.276](https://doi.org/10.1037/0893-3200.5.3-4.276)
- Geraldes, R., Soares, I., & Martins, C. (2013). Vinculação no contexto familiar: relações entre cônjuges, entre pais e filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26, 799-808. doi: [10.1590/S0102-79722013000400021](https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000400021)
- Gerard, J., Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2006). Marital conflict, parent-child relations, and youth maladjustment a longitudinal investigation of spillover effects. *Journal of Family Issues*, 27, 951-975 doi: [10.1177/0192513X05286020](https://doi.org/10.1177/0192513X05286020)

- Gottman, J. (1989). Marital interaction and satisfaction: A longitudinal view. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57, 47-52.
- Gottman, J. (1993). The roles of conflict engagement, escalation, and avoidance in marital interaction: a longitudinal view of five types of couples. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 61, 6-15. doi: [10.1037/0022-006X.61.1.6](https://doi.org/10.1037/0022-006X.61.1.6)
- Gottman, J., & Levenson, R. (1992). Toward a typology of marriage based on affective behavior: Preliminary differences in behavior, physiology, health, and risk for dissolution. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63, 221-233.
- Gottman, J., & Tabares, A. (2018). The effects of briefly interrupting marital conflict. *Journal of marital and family therapy*, 44, 61-72. doi: [10.1111/jmft.12243](https://doi.org/10.1111/jmft.12243)
- Hahlweg, K., & Richter, D. (2010). Prevention of marital instability and distress. Results of an 11-year longitudinal follow-up study. *Behaviour Research and Therapy*, 48, 377-383. doi: [10.1016/j.brat.2009.12.010](https://doi.org/10.1016/j.brat.2009.12.010)
- Hazan, C., & Shaver, P. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 511-524. doi: [10.1037/0022-3514.52.3.511](https://doi.org/10.1037/0022-3514.52.3.511)
- Kerig, P. (1996). Assessing the links between interparental conflict and child Adjustment: The conflicts and problem-solving scales. *Journal of Family Psychology*, 10, 454-473. doi: [10.1037/0893-3200.10.4.454](https://doi.org/10.1037/0893-3200.10.4.454)
- Kerig, P. (2005). Revisiting the construct of boundary dissolution. *Journal of Emotional Abuse*, 5, 5-42. doi: [10.1300/J135v05n02_02](https://doi.org/10.1300/J135v05n02_02)
- Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2000). Interparental conflict and parenting behaviors: A meta-analytic review. *Family Relations*, 49, 25-44. doi: [10.1111/j.1741-3729.2000.00025.x](https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2000.00025.x)
- Lamela, D., & Figueiredo, B. (2011). Post-divorce representations of marital negotiation during marriage predict parenting alliance in newly divorced parents. *Sexual and Relationship Therapy*, 26, 182-190. doi: [10.1080/14681994.2011.56328](https://doi.org/10.1080/14681994.2011.56328)
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). Perfis de vinculação, coparentalidade e ajustamento familiar em pais recém-divorciados: Diferenças no ajustamento psicológico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26, 19-28. doi: [10.1590/S0102-79722013000100003](https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000100003)
- Lamela, D., Figueiredo, B., Bastos, A., & Feinberg, M. (2016). Typologies of post-divorce coparenting and parental well-being, parenting quality and children's psychological

- adjustment. *Child Psychiatry & Human Development*, 47, 716 – 728. doi: [10.1007/s10578-015-0604-5](https://doi.org/10.1007/s10578-015-0604-5)
- Lamela, D., Morais, A., Jongenelen, I., & Figueiredo, B. (2015). Does sociosexuality moderate the association between coparenting and marital satisfaction in women with a romantic partner? Manuscript submitted for publication.
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: Revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 15, 205-216. doi:[10.1590/S1413-73722010000100022](https://doi.org/10.1590/S1413-73722010000100022)
- Lima, V. (2009). Vinculação, representação da relação íntima e interacção diádica em adultos. (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Lima, V., Vieira, F., & Soares, I. (2006). Vinculação em casais: avaliação da representação da intimidade e da interacção conjugal. *Psicologia*, 20, 51-63.
- Maccoby, E., Depener, C., & Mnookin, R. (1990). Coparenting in the second year after divorce. *Journal of Marriage and the Family* 52, 141-155. doi: [10.2307/352846](https://doi.org/10.2307/352846)
- Maniaci, M., & Rogge, R. (2014). Caring about carelessness: Participant inattention and its effects on research. *Journal of Research in Personality*, 48, 61-83. doi:[10.1016/j.jrp.2013.09.008](https://doi.org/10.1016/j.jrp.2013.09.008)
- Marchand, J. (2004). Husbands' and wives' marital quality: The role of adult attachment orientations, depressive symptoms, and conflict resolution behaviors. *Attachment & Human Development*, 6, 99-112. doi:[10.1080/14616730310001659575](https://doi.org/10.1080/14616730310001659575)
- Marchand, J., & Hock, E. (2000). Avoidance and attacking conflict-resolution strategies among married couples: Relations to depressive symptoms and marital satisfaction. *Family Relations*, 49, 201-206. doi: [10.1111/j.1741-3729.2000.00201.x](https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2000.00201.x)
- Margolin, G., Gordis, E., & John, R. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two parent families. *Journal of Family Psychology*, 15, 3-21. doi: [10.1037/0893-3200.15.1.3](https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.1.3)
- McCoy, K., Cummings, E., & Davies, P. (2009). Constructive and destructive marital conflict, emotional security and children's prosocial behavior. *Journal of Child Psychology and Psychiatry* 50, 270–279. doi: [10.1111/sode.12015](https://doi.org/10.1111/sode.12015)
- McCoy, K., George, M., Cummings E., & Davies, P. (2013). Constructive and destructive marital conflict, parenting, and children's school and social adjustment. *Social Development*, 22, 641–662. doi: [10.1111/sode.12015](https://doi.org/10.1111/sode.12015)

- McHale, J. (1997). Overt and covert coparenting processes in the family. *Family Process*, 36, 183-201. doi: [10.1111/j.1545-5300.1997.00183.x](https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1997.00183.x)
- Melby, J., & Conger, R. (2001). The Iowa family interaction rating scales: Instrument summary. In P. Kerig & K. Lindahl (Eds.), *Family observational coding systems: Resources for systemic research* (pp. 33-58). Mahwah, NJ, US: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Mikulincer, M., & Shaver, P. (2007). Attachment patterns in adulthood: Structure, dynamics, and change. New York: Guilford Press.
- Minuchin, P. (1985). Families and individual development: Provocations from the field of family therapy. *Child Development*, 56, 289-302. doi: [10.2307/1129720](https://doi.org/10.2307/1129720)
- Morais, A. (2015). *Validação Psicométrica Inicial da Coparenting Relationship Scale para a População Portuguesa*. Dissertação de mestrado, Universidade Lúsofona do Porto, Portugal.
- Moreira, H., Martins, T., Gouveia, M., & Canavarro, M. (2014). Assessing adult attachment across different contexts: Validation of the portuguese version of the experiences in close relationships – Relationship Structures Questionnaire. *Journal of Personality Assessment*, 1-9. doi: [10.1080/00223891.2014.950377](https://doi.org/10.1080/00223891.2014.950377)
- Newton, T., Kiecolt-Glaser, J., Glaser, R., & Malarkey, W. (1995). Conflict and withdrawal during marital interaction: The Roles of hostility and defensiveness. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21, 512-524. doi: [10.1177/0146167295215009](https://doi.org/10.1177/0146167295215009)
- Powers, S., Pietromonaco, P., Gunlicks, M., & Sayer, A. (2006). Dating couples' attachment styles and patterns of cortisol reactivity and recovery in response to a relationship conflict. *Journal of Personality and Social Psychology*, 90, 613-628. doi: [10.1037/0022-3514.90.4.613](https://doi.org/10.1037/0022-3514.90.4.613)
- Prager, K., Poucher, J., Shirvani, F., Parsons, J., & Allam, Z. (2017). Withdrawal, attachment security, and recovery from conflict in couple relationships. *Journal of Social and Personal Relationships*, 1–26. doi: [10.1177/0265407517737387](https://doi.org/10.1177/0265407517737387)
- Rinaldi, C., & Howe, N. (2003). Perceptions of constructive and destructive conflict within and across family subsystems. *Infants and Child Development*, 12, 441-459. doi: [10.1002/icd.324](https://doi.org/10.1002/icd.324)
- Rutter, M. (1990). Psychosocial resilience and protective mechanisms. In J. Rolf, A. S. Masten, D. Cicchetti, K. H. Nuechterlein, & S. Weintraub (Eds.). Risk and protective factors in the development of psychopathology (pp. 181– 214). New York: Cambridge.

- Shaffer, A., & Sroufe, A. (2016). The developmental and adaptational implications of generational boundary dissolution: Findings from a prospective, longitudinal study. *Journal of Emotional Abuse*, 5, 67-84. doi: [10.1300/J135v05n02_04](https://doi.org/10.1300/J135v05n02_04)
- Shaver, P., & Hazan, C. (1988). A biased overview of the study of love. *Journal of Social and Personal Relationships*, 5, 473-501. doi: [10.1177/0265407588054005](https://doi.org/10.1177/0265407588054005)
- Shi, L. (2003). The association between adult attachment styles and conflict resolution in romantic relationships. *The American Journal of Family Therapy*, 31, 143–157. doi: [10.1080/01926180390167142](https://doi.org/10.1080/01926180390167142)
- Sierau, S., & Herzberg, P. (2011). Conflict resolution as a dyadic mediator: Considering the partner perspective on conflict resolution. *European Journal of Personality*, 26, 221–232. doi: [10.1002/per.828](https://doi.org/10.1002/per.828)
- Siffert, A., & Schwarz, B. (2010). Spouses' demand and withdrawal during marital conflict in relation to their subjective well-being. *Journal of Social and Personal Relationships*, 28, 262-277. doi: [10.1177/0265407510382061](https://doi.org/10.1177/0265407510382061)
- Simonelli, A., Bighin, M., & de Palo, F. (2012). Coparenting interactions observed by the prenatal lausanne triogue play: An Italian replication study. *Infant Mental Health Journal*, 33, 609-619. doi: [10.1002/imhj.21350](https://doi.org/10.1002/imhj.21350)
- Simpson, J., Rholes, W., & Phillips, D. (1996). Conflict in close relationships: An attachment perspective. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 899-914. doi: [10.1037/0022-3514.71.5.899](https://doi.org/10.1037/0022-3514.71.5.899)
- Sturge-Apple, M., Davies, P., & Cummings, E. (2006). Hostility and withdrawal in marital conflict: Effects on parental emotional unavailability and inconsistent discipline. *Journal of Family Psychology*, 2, 227-238. doi: [10.1037/0893-3200.20.2.227](https://doi.org/10.1037/0893-3200.20.2.227)
- Thomas, K. (1992). Conflict and conflict management: Reflection and update. *Journal of Organization Behavior*, 13, 265-274. doi: [10.1002/job.4030130307](https://doi.org/10.1002/job.4030130307)
- Van Egeren, L. (2004). The development of coparenting over the transition to parenthood. *Infant Mental Health Journal*, 25, 453-477. doi: [10.1002/imhj.20019](https://doi.org/10.1002/imhj.20019)
- Zhou, N., & Buehler, C. (2019). Marital hostility and early adolescents' adjustment: The role of cooperative marital conflict. *Journal of Early Adolescence*, 39, 5-27. doi: [10.1177/0271628618791111](https://doi.org/10.1177/0271628618791111)